

Reflexão necessária para a retomada das atividades escolares no período pós-pandemia

Por: Otávio Schimieguel – Professor da rede estadual de ensino do Paraná – Em: 24/01/2022

Para pensarmos o processo de retomada das atividades escolares em 2022, precisamos levar em consideração as *condições de aprendizagem* durante o período de pandemia e seus *efeitos nos resultados*. Em seguida, faz-se necessário repensar a *seleção de conteúdos* (currículo), as *estratégias de ensino* (metodologia) e os *procedimentos avaliativos* (avaliação).

As condições de aprendizagem durante o período de pandemia

No período inicial da pandemia, durante o ano de 2020, grande parte dos estudantes teve dificuldades para acompanhar as aulas remotas, seja por falta de equipamentos apropriados, seja pela falta de acesso à internet, ou ainda, pela falta de um ambiente adequado de aprendizagem dentro de casa.

No decorrer do processo, muitos dos que optaram pela realização de atividades impressas tiveram dificuldades para compreender os conteúdos e responder às questões propostas. Alguns, que optaram pelas aulas online, também tiveram dificuldades, por não poderem interagir com os professores. Outros, porém, negligenciaram o processo, deixando de realizar as atividades ou simplesmente copiando respostas prontas disponíveis na internet. Outros, ainda, não participaram do processo e acabaram apenas fazendo o “Se liga” para obter aprovação, sem que houvesse uma aprendizagem efetiva. Nesse contexto, apenas uma pequena parte dos estudantes teve as condições adequadas para a aprendizagem ou dedicou-se de modo a alcançar os objetivos propostos para o período letivo.

No ano letivo de 2021, com a efetivação das aulas online via Google Meet, em concomitância com as aulas disponibilizadas pela mantenedora, os alunos que dispunham de acesso à internet tiveram a oportunidade de participar das aulas em tempo real com os professores de cada disciplina, podendo interagir e esclarecer dúvidas, o que possibilitou àqueles que o fizeram, um nível de aprendizagem muito próximo daquele teriam no ensino presencial. Entretanto, o percentual de alunos que participaram foi muito pequeno na maioria das turmas, inferior a 50%. Uma grande parte apenas respondeu às questões obrigatórias do Classroom e muitos sequer leram as questões para responder, segundo relato dos próprios estudantes. A prática do “copia e cola” tornou-se comum nesse contexto.

Os efeitos do ensino remoto nos resultados da aprendizagem

Considerando as condições de aprendizagem durante os anos de 2021 e 2022, pode-se afirmar com uma certa margem de segurança que apenas uma pequena parte do contingente de estudantes conseguiu obter resultados efetivos de aprendizagem, compatíveis com o programa curricular e com a série que frequentaram. As avaliações institucionais poderão confirmar (ou não) essa hipótese. Mas o fato é que o ano letivo de 2022 não poderá ser planejado “como se nada tivesse acontecido”. Por outro lado, não se trata de “entrar em pânico”, imaginando que todo o trabalho realizado tenha sido ineficaz ou que os estudantes não tenham aprendido nada. Afinal, nem todos os conteúdos de todas as disciplinas são necessariamente “pré-requisitos”. Além do que, muitos alunos, que tiveram as condições necessárias e se identificaram com o autodidatismo, certamente conseguiram avanços significativos e, em alguns casos, até maiores do que se estivessem estudando presencialmente. Estes, embora possam ser considerados minoria, não podem ser desconsiderados no planejamento pedagógico. Entretanto, o foco e a preocupação maior deverá ser para com aqueles que, embora tenham avançado de série, tiveram uma aprendizagem muito precária ou inconsistente.

As condições necessárias para a retomada dos trabalhos

Tendo por base as condições de aprendizagem durante o período de pandemia, pode-se inferir que o ano letivo de 2022 terá como característica a diversidade de níveis de aprendizagem e de expectativas por parte de estudantes e professores, o que certamente gerará muitas incertezas para ambos. Será necessário buscar formas de lidar com a ansiedade e evitar que o déficit de aprendizagem, que é o déficit de aprendizagem, se torne um problema ainda maior, gerando a descrença na possibilidade de corrigir as falhas e obter avanços. Para isso, fundamental garantir a *autonomia pedagógica* da escola e a *flexibilidade* na aplicação do currículo, nas escolhas metodológicas e nas estratégias de avaliação.

A necessidade de autonomia pedagógica

No contexto pós-pandemia, a mantenedora dispõe de “números”, mas somente os atores de cada instituição escolar (professores, pedagogos, diretores) sabem como transcorreu o processo de aprendizagem e a situação de cada estudante. Não cabem, nesse caso, direcionamentos sobre especificidades do processo pedagógico por parte da mantenedora, mas somente diretrizes gerais que possam subsidiar ou auxiliar no trabalho a ser desenvolvido. Qualquer postura de vigilância ou direcionamento excessivo certamente favorecerá mais à burocratização do processo e à desmotivação dos profissionais da educação do que à melhoria da aprendizagem.

E os professores necessitarão muito mais de apoio pedagógico e logístico (para atender à diversidade de situações que terão de administrar) do que de cobranças. Vale lembrar que o desgaste físico e emocional durante o período de pandemia foi muito grande e a retomada necessitará de muita energia e equilíbrio emocional.

A seleção de conteúdos

Considerando a provável disparidade nos níveis de aprendizagem entre estudantes de uma mesma série, decorrente das diferentes condições de aprendizagem durante a pandemia, há que se priorizar os conteúdos mais relevantes e aqueles que possam ser considerados pré-requisitos para a evolução da aprendizagem. Para isso, faz-se necessária uma avaliação diagnóstica inicial, para verificação das principais deficiências e seleção de conteúdos condizentes com o nível de aprendizagem de cada turma, tendo em vista uma retomada dos conteúdos mais relevantes, para só então estabelecer uma sequência de novos conteúdos. Nesse caso, as diretrizes curriculares previstas para condições de normalidade devem servir apenas como *referência* e não como roteiro rígido a ser seguido. Somente o professor poderá avaliar as reais necessidades de cada turma e de cada estudante e construir uma sequência didática que possibilite uma evolução gradual do conhecimento a partir do nível em que cada um se encontra. Sendo assim, qualquer tentativa de padronização ou engessamento curricular pode comprometer o trabalho pedagógico e a efetividade da aprendizagem.

As estratégias de ensino

Considerando as discrepâncias metodológicas ocorridas no período de pandemia, principalmente entre os que tiveram acesso às aulas remotas via internet e os que tiveram apenas acesso ao material impresso e às aulas transmitidas pela TV, é fundamental que possamos pensar a questão metodológica numa perspectiva mais diversificada, buscando estratégias metodológicas que possam conciliar o modelo de ensino presencial com a utilização de ferramentas tecnológicas, sem deixar de levar em conta que uma parte considerável dos estudantes ainda não dispõem de acesso à internet. Isso significa que, mesmo retornando o modelo presencial, sempre que se encaminhar uma atividade via Classroom (caso esse sistema seja mantido), será necessário também providenciar material impresso para aqueles que não dispõem dessa ferramenta, o que implica na necessidade de um maior suporte logístico por parte da mantenedora e da gestão escolar, de modo que os professores possam utilizar os meios tecnológicos, sem excluir aqueles que ainda não têm acesso. Caso não haja esse suporte, as possibilidades metodológicas ficarão reduzidas, restando aos professores a utilização de recursos básicos como o quadro de giz ou projetores de slides. Embora as chamadas “Metodologias Ativas” se apresentem como uma alternativa metodológica inovadora, a realidade mostra que as instituições de ensino ainda não dispõem das condições necessárias para a implementação desse novo modelo. Acrescente-se a isso o fato de que, persistindo a necessidade do uso de máscaras de proteção, as possibilidades metodológicas ficam ainda mais reduzidas, visto que a propagação da voz é dificultada e a interação entre o professor e os estudantes fica bastante limitada.

Um dos aspectos mais relevantes na perspectiva metodológica pós-pandemia é “como equalizar os diferentes níveis de aprendizagem entre estudantes de uma mesma turma”, decorrentes das diferentes condições de aprendizagem no contexto da pandemia. Certamente não será possível, ou mesmo viável, utilizar em uma mesma turma uma estratégia metodológica para os que estão mais avançados e outra para os que estão com déficit de aprendizagem. Talvez seja mais viável e mais produtivo estimular o espírito cooperativo entre os estudantes de cada turma, de modo que aqueles que se encontram num nível mais avançado da aprendizagem possam auxiliar aqueles que estão com algum tipo de defasagem.

Outra questão metodológica extremamente importante é “como evitar o uso indevido da tecnologia pelos estudantes”? Ou seja, como evitar que, em vez de pesquisar, elaborar respostas e textos próprios, traduzir textos, ler uma obra literária ou realizar cálculos, os estudantes simplesmente “copiem e coletem” respostas prontas obtidas na internet ou no WhatsApp? Em outras palavras, como evitar que os estudantes utilizem a tecnologia para negligenciar o processo de ensino e aprendizagem?

Ou optaremos por exercitar a autonomia do estudante, deixando a seu critério a responsabilidade sobre sua própria aprendizagem, aceitando qualquer retorno, independente de “como” ele tenha sido obtido? Levaremos em consideração o processo, ou apenas o resultado, ainda que ele seja “fraudulento”? A despeito de todos os inegáveis benefícios da tecnologia para o processo educacional, não parece sensato fecharmos os olhos para os efeitos negativos de sua má utilização.

Os procedimentos avaliativos

Embora estejamos diante de um novo contexto educacional no qual a tecnologia se tornou parte integrante da vida e da rotina de professores e estudantes, os procedimentos avaliativos não parecem ter sofrido grandes alterações. Basta ver como funcionam as avaliações oficiais como a Prova Brasil e a Prova Paraná: Há sempre um determinado número de questões objetivas com alternativas de múltipla escolha nas quais basta assinalar uma alternativa e transpor os dados para uma Folha de Respostas. Se esse é o modelo oficial de avaliação adotado pelo Estado e pela União, não se pode esperar que a escola proceda de modo muito diferente ao avaliar. Fato é que esse tipo de avaliação só consegue mensurar resultados de aprendizagem (ainda que de forma limitada e parcial) quando é realizada sem consulta à internet e sob vigilância. Sendo assim, os procedimentos avaliativos adotados nas instituições de ensino, que fogem a esse padrão, avaliam, quando muito, o envolvimento do aluno no processo pedagógico, qual seja, a sua disposição em realizar (ou não) as atividades propostas, o que, muitas vezes, gera uma disparidade entre os resultados obtidos na escola (em termos de nota) e os resultados obtidos nas avaliações oficiais, sendo estes geralmente inferiores àqueles. Essa discrepância se explica pelo fato de que nem sempre o que se avalia na escola é “resultado de aprendizagem” e sim o “envolvimento no processo ensino/aprendizagem”. De qualquer modo, faz-se necessário encontrar estratégias de avaliação que possam avaliar o processo, mas também os resultados reais de aprendizagem, de modo a evitar o “pacto da mediocridade”, no qual o estudante faz de conta que aprende o professor faz de conta que ensina.